



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 17 de Outubro de 2019

Lei de Cotas: particularidades e desafios

A flagrante inércia do Estado sobrecarrega o setor privado com a responsabilidade quase exclusiva de promover a inclusão

Por Paula Ottero e Julia Pereira

Incluir minorias nos quadros de empresas de todos os setores é essencial para o crescimento do país como uma sociedade mais igualitária. Um estudo recente da McKinsey intitulado “Why diversity matters” mostra que organizações que adotam políticas de diversidade têm retornos financeiros acima da média de seus concorrentes nacionais.

Criar caminhos que permitam o acesso de grupos historicamente menos favorecidos a boas oportunidades de trabalho é um dever de todos, do setor privado e do público. O que se vê, contudo, sobretudo em relação às pessoas com deficiência, é o governo jogar a responsabilidade para as organizações privadas.

A flagrante inércia do Estado sobrecarrega o setor privado com a responsabilidade quase exclusiva de promover a inclusão

A Lei de Cotas determina que empresas com cem ou mais

empregados tenham em seus quadros 2% a 5% de trabalhadores comumente marginalizados no mercado de trabalho, que enfrentam desde barreiras estruturais para acesso à educação até locomoção e acessibilidade.

Embora tenha o seu papel, a lei desconsidera dificuldades e limitações de diversas indústrias e aplica multas abusivas sobre as organizações que não cumprem a cota. O valor das penalidades varia de R\$ 2.400 a R\$ 241.126, podendo atingir valores milionários em casos de reincidência.

Analisando o caso prático de uma empresa com 600 empregados e que a maior parte de suas atividades seja executada em plataformas de petróleo, com utilização de maquinários pesados e com difícil acesso e locomoção. Desse total, 340 trabalham embarcados em plataformas, 150 exercem suas atividades em locais perigosos e de difícil trânsito de pessoas e 110 estão distribuídas em postos administrativos ou em funções sem riscos para o trabalhador.

Aplicando-se a literalidade da lei, para essa empresa atingir a cota mínima exigida (que no caso é de 4% em vista dos 600 empregados), ela teria que ter 24 empregados portadores de deficiência entre os 110 empregados da área

administrativa ou em funções sem riscos para o trabalhador, o que representaria 22% desse universo. Devido ainda à baixa qualificação desses profissionais, o atendimento imediato e integral da cota seria claramente dificultado.

Outro exemplo diz respeito a uma empresa de transporte de valores em que cerca de 80% do quadro é de motoristas ou seguranças. Embora a primeira categoria possa utilizar carros automáticos ou adaptados, a aquisição desse tipo de veículo atualmente traria altos custos extras para a organização devido à alta incidência de impostos. Nesse caso, também, o cumprimento da cota legal é uma meta quase inatingível.

A aplicação e o cumprimento da lei se tornam, portanto, um aspecto bastante sensível diante dos inúmeros procedimentos administrativos e judiciais a que as empresas são submetidas sem se levar em conta as barreiras para o preenchimento da cota legal. A prática não apenas é injusta com o setor privado como tampouco promove de fato a inclusão, uma vez que, na maioria das ocasiões, as empresas procuram apenas preencher essas posições de trabalho para cumprir a lei e evitar multas.

O Estatuto do Deficiente dispõe sobre a finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promoverem e garantirem





condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência a posições de emprego. Contrariando o documento, vemos o poder público transferir sua responsabilidade e obrigação para empresas privadas.

A flagrante inércia do Estado sobrecarrega o setor privado com a responsabilidade quase exclusiva de promover a inclusão. Apesar da viabilidade de colaboração das empresas nesses esforços, elas não podem ser ameaçadas por multas pesadas para cumprir puramente uma cota.

A dissonância de tratamento entre as esferas pública e privada relacionada ao cumprimento de cota de pessoas com deficiência está evidente no Decreto 3.298/99. Ao tratar da reserva de vagas para o setor público, o dispositivo permite expressamente que haja a dedução dos postos de trabalho nos quais o candidato necessite de capacidade plena, com a exclusão dos cargos incompatíveis com a seleção de pessoas com deficiência. Essa restrição deveria ser igualmente aplicada ao setor privado em vista das atividades executadas.

Aos poucos, contudo, mesmo de forma incipiente, esse entendimento vem aparecendo em recentes discussões na Justiça do Trabalho. No entanto, o quadro ainda é bem

desigual. De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, a administração pública foi o setor que menos cumpriu a cota para pessoas com deficiência em 2017, preenchendo apenas 11% das oportunidades disponibilizadas. Já o setor privado, preencheu 49% das vagas, enquanto empresas públicas e sociedades de economia mista ocuparam 44% das vagas.

Em um cenário ideal e que deve ser verdadeiramente perseguido, empresas públicas e privadas de todos os setores e esferas precisam adotar processos seletivos que possibilitem a contratação de qualquer candidato que preencha todos requisitos necessários para a vaga, independentemente de sua condição física, cor, gênero, orientação sexual ou religião. Elas também devem criar um ambiente físico acessível e preparar os empregados já contratados para a integração de todos esses grupos.

É necessária uma cultura em que quaisquer profissionais sejam acolhidos. Contudo, a lei deve estar adequada à realidade do mercado, levando em conta as particularidades de cada setor.

Paula Ottero e Julia Pereira são associadas do grupo trabalhista do Trench Rossi Watanabe

O assassinato da ciência brasileira?

MARIO NETO BORGES E GILBERTO KASSAB

Por que uma interrogação de tema tão contundente? No momento em que vive o Brasil, esta inquirição é necessária a título de alerta. E também é preciso entender como funciona o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Entre outras estruturas, no nível federal é composto por três agências: CNPq, Capes e Finep, todas com mais de 50 anos de existência. O que se tem visto recentemente é a redução dos orçamentos e cortes de bolsas destas entidades, com investimentos caindo ano a ano. O orçamento previsto para 2020 é muito aquém do necessário, e isso asfixia nossa ciência.

Levar o orçamento a patamar tão baixo pode equivaler a uma asfixia no SNCTI. Combinar a fusão de CNPq e Capes com a transferência do FNDCT — que é o fundo destinado à pesquisa — para o BNDES, como parece estar se cogitando, pode ser considerado um esquarteramento deste sistema.

Quem não conhece o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação — estruturado ao longo de anos por mentes brilhantes, e efetivamente um projeto de Estado, e não de governos — pode ver lógica na afirmação: “Se a Capes, que é do Ministério da Educação, concede bolsas, e o CNPq também, por que não fundir em uma só agência?”

Porque são agências com missões muito distintas, ainda que complementares. É função da Capes

dar suporte aos cursos de pós-graduação (formação de pesquisadores e cientistas), enquanto que o CNPq tem a missão de apoiar projetos de pesquisa de pesquisadores e cientistas formados pela Capes. Operam com estruturas consolidadas e distintas.

Nesse sistema, a Finep, agência de inovação do Brasil, financia projetos de pesquisa e inovação no âmbito das indústrias e empresas. E promove a conexão entre estas e os pesquisadores, apoiados pelo CNPq e formados pela Capes.

É fato que o ser humano é uma espécie bem-sucedida graças aos avanços na ciência. Foi a capacidade de inovar e usar a tecnologia que garantiu sua sobrevivência e evolução até o estágio em que a humanidade se encontra neste Século do Conhecimento. A ciência, a tecnologia e a inovação foram responsáveis nas últimas décadas pelo aumento da expectativa de vida, em diversos aspectos. Foram responsáveis pela geração de energia em diferentes formas para as atividades humanas, pela mobilidade cada vez mais segura e rápida, pelo avanço das comunicações...

É salutar o debate sobre o tamanho do Estado e a necessidade de torná-lo mais eficiente. E aí que se colocam temas como fusões de órgãos e estruturas, extinções e absorções. Mas não parece ser neste sistema tão essencial ao nosso desenvolvimento que valha esse tipo de discussão. Ou que seja objeto de

um amplo debate, com a comunidade científica, com o meio acadêmico, com o meio empresarial atento à importância da inovação e à interface com a pesquisa científica. O país precisa de ciência e tecnologia e apoiar esse setor se pretende se desenvolver.

E também perseguir uma nova realidade. Ao longo de anos, o Brasil tem investido valores próximos de 1% do PIB em ciência, tecnologia e inovação, ao passo que outros países, que estão no topo dos rankings de desenvolvimento, investem 3%, 4% ou até mais do que isso, casos de Israel e Coreia do Sul. Trata-se de entender que ciência e tecnologia são base para geração de riqueza e aumento da produtividade e da competitividade, assegurando assim um desenvolvimento com lastro e sustentável a longo prazo. Para isso, é preciso manter, fortalecer e investir adequadamente no SNCTI. Caso isso não seja feito, a partir da segunda metade deste século seremos um país ainda não desenvolvido e também velho — dadas as mudanças demográficas pelas quais o país vai passar — e não uma grande nação. Mario Neto Borges é engenheiro eletricitista e foi presidente do CNPq; Gilberto Kassab é engenheiro e economista e foi ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

N. da R.: Carlos Alberto Sardenberg, excepcionalmente, não escreve hoje

Política de desmanche

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA

Há mais ou menos dez anos, dirigente de uma importante agência de apoio à pesquisa científica reuniu os responsáveis pelos maiores projetos por ela financiados. Para surpresa geral, incentivou os presentes a ousar, apresentando projetos mais ambiciosos --nos temas, no porte das equipes envolvidas e nos resultados esperados.

A exortação fazia sentido. A primeira década do século havia sido muito favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, com notável expansão das múltiplas atividades que o definem, a consolidação das respectivas instituições, assim como dos recursos investidos. Segundo relatório de julho último, produzido por uma comissão de cientistas reunidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre 2002 e 2010 o orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia quase triplicou, enquanto o Fundo Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi multiplicado por seis, e o orçamento da Capes, por oito. Cresceram igualmente as publicações científicas de referência e o total de mestres e doutores formados.

Depois de mais de meio século de existência, enfim, o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia se consolidava. Trata-se de uma densa e diversificada rede de organizações públicas e privadas, que inclui universidades, centros de pesquisa, agências de fomento, órgãos dos três níveis de governo e ainda organizações sociais. Juntas, formam uma sopa de siglas indigeríveis para o grande público. Mas, graças à sua atuação, foi possível incorporar ao setor agrícola do país terras até então estéreis do Centro-Oeste; explorar petróleo em alto-mar, viabilizando o pré-sal; aumentar a utilização de fontes renováveis de energia; enfrentar a epidemia do vírus da zika; organizar o SUS --o qual, convém lembrar, é o maior sistema de saúde

pública do mundo; entre outras conquistas.

A crise econômica dos últimos anos bloqueou esse processo. Resultado: os recursos minguaram bem antes das eleições de 2018. Cortes ou congelamento nos orçamentos das universidades, nos recursos para pesquisa e para bolsas de pós-graduação começaram a ocorrer ainda no governo Dilma Rousseff.

Crises são ocasiões para rever programas e procedimentos, refinar critérios de uso de recursos escassos, fixar prioridades.

Não é isso, porém, o que se vê. Um governo cujo núcleo dirigente despreza a ciência, cultiva a ignorância e encara a universidade como reduto inimigo dispara mudanças sem nexos nem rumo. É o caso da proposta de fusão da Capes com o CNPq. Apresentada como ajuste, tem tudo para virar desmanche.

O velho Estado e a ilusão do controle

FERNANDO SCHÜLER

Semana passada escrevi defendendo a ideia de que o Brasil deveria avançar na direção de uma reforma do Estado, e não apenas em um ajuste nas carreiras do setor público (que é obviamente importante).

Na visão que apresentei, o governo precisa assumir sua função de inteligência e garantias de direitos, delegando a gestão da prestação dos serviços, sob contratos, para quem sabe fazer melhor, seja na sociedade ou no mercado.

O tema incomoda e muita gente me perguntou se havia evidências na direção do meu argumento. Elas existem, mesmo considerando o óbvio: evidências não podem provar, em definitivo, uma tese em um terreno complexo como a gestão pública. Mas elas podem sinalizar um caminho.

Talvez o mais consistente experimento de contratualização

feito no Brasil seja o dos hospitais geridos por organizações sociais no estado de São Paulo.

Estudos feitos pelo Banco Mundial mostram uma clara superioridade do modelo, tanto nos indicadores de qualidade como de custo. É o mesmo que aponta a Secretaria de Estado da Saúde: hospitais sob gestão das OSs conseguem ser até 52% mais produtivos e custam 32% menos do que os da administração direta.

Na área prisional, chama a atenção a experiência de gestão público-privada de prisões no Paraná, no início dos anos 2000. Estudo publicado pelos professores Sandro Cabral e Sérgio Lazzarini demonstrou a superioridade do modelo não apenas no tocante à racionalidade de custos, mas também aos aspectos de segurança, saúde e ressocialização dos apenados.

No terreno da infraestrutura, há uma crescente percepção que o setor

privado, sob boa regulação, é mais eficiente na gestão direta de serviços. Segundo ranking elaborado pela CNT, as 20 melhores estradas brasileiras são todas concessões gerenciadas pelo setor privado.

A grande maioria está em São Paulo, e alguém poderia sugerir que se trata de uma questão política, visto que o estado anda sob o comando tucano há mais de duas décadas. Não é. O Governo da Bahia, sob a gestão do PT, tem a experiência da concessão do metrô de Salvador, e está longe de ser o único exemplo.

Arriscaria dizer que a mais ousada e bem-sucedida experiência de parceria público-privada brasileira veio da esquerda, do governo Lula, e foi na educação: o ProUni, que já formou perto de meio milhão de jovens brasileiros de baixa renda, a baixo custo e sem burocracia, na última década e meia.

É evidente que dados precisam ser analisados com a devida reserva.





Modelos de parceria com o setor privado funcionam se houver bons contratos e acompanhamento.

O que se pode dizer, com razoável dose de certeza, é que o Estado brasileiro falhou, estruturalmente, na prestação de serviços, e a conta está sendo paga pelos mais pobres. Criamos regras institucionais que amarraram o setor público e o tornaram presa fácil dos políticos e corporações.

Esta é, no fundo, a grande evidência empírica. Estamos sentados sobre uma montanha de dados, mostrando o óbvio.

Agora mesmo, no debate sobre o saneamento básico, nos damos conta que perto de 100 milhões de brasileiros não dispõem de esgoto tratado. Quase metade de um país

em que 94% do saneamento é tocado pelo setor público. Gostamos de procrastinar, fazer de conta que não enxergamos nada, mas a realidade está aí, batendo na nossa cara.

Alguns fantasmas precisam ser afastados desse debate. O primeiro é que, ao contratualizar a prestação de serviços, o Estado “perde o controle” ou abre mão de suas responsabilidades. Ao contrário: o Estado retoma o controle.

Converso com prefeitos, Brasil afora, e o que escuto é: temos apenas a ilusão de controlar alguma coisa em nosso sistema de educação. Em regra, não avaliamos resultados, e se avaliamos não temos instrumentos para corrigir rumos e fazer o que precisa ser feito. Ter controle é exatamente o oposto do que existe

hoje: é poder fixar meta, cobrar e descontratar, se for necessário.

Outro mito é a ideia de que parcerias com o setor privado só servem para estradas, portos e áreas de infraestrutura. Isso não passa de um vezo elitista. Nos irritamos quando um aeroporto funciona mal e queremos que os Correios sejam como a Amazon, mas parecemos não dar bola quando a escola pública produz péssimos resultados. Afinal de contas, não é lá que estudam os filhos de quem decide essas coisas, certo?

O desafio é vencer a inércia e o pensamento corporativo, algo não propriamente simples, diga-se de passagem, neste país que se acostumou a conviver com o absurdo.

Doria mira marca social com ação em reduto de pobreza

O governador João Doria (PSDB-SP) lança nesta quinta (17) aquele que pretende ser seu principal programa social, o Vale do Futuro.

Se bem sucedida, a ação terá uma função maior em 2022: embasar o discurso do tucano de combate à pobreza, em especial no Nordeste, caso ele seja mesmo candidato a presidente da República.

O vale em questão é o do Ribeira, a região mais pobre de São Paulo, no sudeste do estado.

Coincidentemente, é a área onde cresceu o presidente Jair Bolsonaro (PSL), presumível rival de Doria daqui a três anos e envolvido em polêmicas constantes com o tucano.

O governador descarta a ideia de conveniência política do projeto, que prevê R\$ 2 bilhões de investimentos na região até 2022, metade disso oriunda do setor público.

“O Vale do Futuro é um resgate histórico de uma dívida com o Vale do Ribeira, para garantir o

desenvolvimento econômico e social da região durante os próximos 20 anos”, disse o tucano.

Hoje, o Ribeira tem um Índice de Desenvolvimento Humano, o indicador das Nações Unidas sobre qualidade de vida, de nível médio. Já o resto do estado é considerado de alto nível. “As pessoas morrem dez anos antes por lá, isso tem de mudar”, afirmou o secretário Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional).

O objetivo declarado do Vale do Futuro é trazer a região para o patamar médio do estado em 2022 e a desenvolver plenamente até 2030.

Além da questão de gestão pública, há a leitura política. Pesquisas qualitativas à disposição do PSDB mostram, desde a montagem da fracassada campanha de Geraldo Alckmin à Presidência em 2018, que o tucanato que domina o Governo de São Paulo desde 1995 não possui uma marca social forte.

O programa Bom Prato, de

restaurantes populares, costuma ser vendido como a grande vitrine tucana no setor. Não é visto, por estrategistas eleitorais, como algo à altura das pretensões do partido.

Entre outros fatores, essa deficiência do cartão de visitas eleitoral paulista contribuiu para insucesso crônico do PSDB no Nordeste em pleitos presidenciais desde 2002.

Na mão inversa, o antigo rival PT capitaliza o caráter social de suas políticas e é quase imbatível na populosa região —onde venceu mesmo durante a onda Bolsonaro, em 2018.

Até aqui, a área de segurança tem sido o principal alvo de promoção por parte do governo paulista. Com números positivos colhidos até aqui e boa avaliação atestada em pesquisas internas, ela estreou recentemente uma campanha de TV de R\$ 12,7 milhões.

Enquanto o projeto social pode mirar eleitoralmente um reduto





petista, a área de segurança pública fala ao eleitorado conservador de Bolsonaro, do governador fluminense Wilson Witzel (PSC) e do próprio Doria, todos presidenciáveis hoje.

Vinholi também contemporiza tal caráter. “O Vale do Futuro é um projeto do estado, não de um só governo”, disse ele, que também preside a seção paulista do PSDB.

O programa prevê dez ações, sete delas sobre emprego e renda e as restantes, sobre qualidade de vida.

No Ribeira, a evasão escolar e a migração de jovens são constantes. Segundo o governo, o acesso à pré-escola é pior lá do que na média paulista em 59% das cidades. Para tanto, uma velha invenção tucana que ganhou fama nos governos do PT foi repaginada.

Será o Prospera, piloto específico para estudantes do último ano do ensino fundamental e todos os três do médio nos moldes do antigo Bolsa Escola.

Ganhando cerca de R\$ 1.000 por ano no período, o aluno será bonificado com R\$ 1.200 se tiver boas notas no Enem. Mas ele perde a bolsa se não for aprovado na classe regular e não atestar frequência.

O universo de atingidos é restrito

a 4.000 jovens, e os valores parecem baixos. Mas se uma família recebe a média paulista do Bolsa Família, R\$ 176, pode ter um reforço de quase 50% na ajuda mensal.

Além disso, aludindo a uma crítica ao programa federal, o piloto de Doria prevê a identificação de vocações e o foco na qualificação técnica de alunos ao fim do ensino médio.

Vinholi afirma que as restrições fiscais do estado serão contornadas por remanejamentos e por financiamentos externos junto ao CAF, o banco latino-americano de desenvolvimento.

O programa também cita, aqui de forma bastante otimista a esta altura, a entrada de R\$ 3,3 bilhões em concessões na região —o aeroporto de Registro, capital regional, é uma das primeiras da lista.

A área social do governo paulista perdeu, neste ano, 13% de seu orçamento de R\$ 833 milhões. A culpa, diz o governo, foi o rombo deixado pela gestão de Márcio França (PSB), que era vice de Alckmin e foi derrotado na eleição por Doria.

Imediatamente, o Vale do Futuro colocará R\$ 75 milhões em financiamento para empreendedores

por meio do Banco do Povo Paulista, segundo a secretária Patricia Ellen (Desenvolvimento Econômico). O Sebrae firmou convênio, em valor a ser definido por decreto, para abrir cursos e oficinas locais.

O governo estima 2.000 empregos diretos a serem abertos, e conta com a instalação de uma unidade do Boticário na região. “Conversamos com os prefeitos e mapeamos as oportunidades. Teremos foco em projetos de turismo, é uma região com cidades históricas e biodiversidade. É muito carente de desenvolvimento econômico”, afirmou Ellen.

Na via contrária da imagem associada a Bolsonaro, há uma preocupação em demonstrar atenção ao ambiente —a região concentra 21% da mata atlântica remanescente no Brasil e tem 100 km de litoral.

Além de ecoturismo, o programa prevê premiar as prefeituras que mais preservarem, destinando fatias maiores dos 25% de distribuição discricionária do ICMS, principal imposto estadual. O nome fantasia disso é ICMS Ecológico.

Gargalos na infraestrutura viária serão atacados também, com o Departamento de Estradas de Rodagem prometendo R\$ 200 milhões em 12 obras no curto prazo.

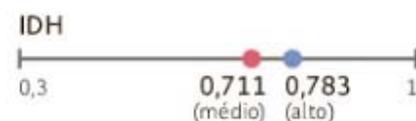
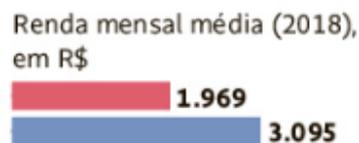




Governo Doria lança projeto para o Vale do Ribeira



Comparação com o estado



Indicadores piores do que a média estadual (em % das cidades)



Fonte: Governo de São Paulo

CEP

A Secretaria Especial da Cultura pode ser transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério da Educação. O martelo só será batido depois da aprovação da reforma da Previdência, quando Jair Bolsonaro deve promover uma reforma ministerial.

LENTO

De acordo com interlocutor frequente do presidente, o ministro Osmar Terra, da Cidadania, a quem a Secretaria Especial da Cultura é subordinada, não estaria avançando a contento na área.

LÂMPADA

Terra, por essa análise, estaria sendo triturado pelo próprio entorno dele na cultura e não estaria dando ao assunto a luz que ele merece.

MEC demite chefe de secretaria que regula faculdades privadas

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, demitiu o titular da secretaria responsável pela regulação e supervisão do ensino superior privado, Ataíde Alves. Por cuidar de autorizações de faculdades particulares, o cargo é alvo de forte assédio do setor empresarial e de políticos.

Essa é a segunda baixa no alto escalão da equipe montada pelo próprio Weintraub. Em maio, ele havia demitido o delegado Elmer Vicenzi da presidência do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

A informação sobre a saída do subsecretário foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada nesta quarta-feira (16) pela *Folha* com fontes do MEC e pessoas ligadas à pasta. Alves foi avisado por telefone por estar em licença médica —ele não atendeu a reportagem. O MEC não confirma a demissão oficialmente.

A saída estaria ligada a descontentamentos do ministro e de empresários do setor privado de ensino su-

perior com o ritmo de credenciamentos e outros avanços da subpasta.

Weintraub já declarou que o MEC enxerga o setor privado como prioridade para a expansão de vagas e defendeu avançar com um sistema de autorregulação.

O comando da Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior) tem sido disputado no governo Jair Bolsonaro (PSL). O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tentou emplacar um aliado ainda na transição, mas o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez nomeou seu ex-aluno Marco Antônio Faria.

Ao assumir o MEC, em abril, Weintraub (que era auxiliar de Onyx na Casa Civil) anunciou que nomearia para o posto Silvio Cecchi, que ocupara o cargo na gestão Temer (MDB) e já atuou em grandes grupos educacionais —atualmente ele é assessor especial de Onyx.

A indicação, no entanto, não vingou por divergências com relação a seu perfil, sobretudo dentro da ala militar (que, por sua vez, tem sido enfraquecida no MEC após a

chegada de Weintraub).

No fim de abril, o ministro confirmou Alves na subpasta. De perfil técnico, ele já atuava como chefe de gabinete da secretaria de ensino superior do ministério.

A pasta ainda tem uma possível baixa em breve. O presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Anderson Ribeiro Correia, se inscreveu para tentar voltar à reitoria do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), conforme a *Folha* revelou nesta quarta (leia ao lado).

Weintraub também trocou, em agosto, a presidência do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) após acordo político para nomear Rodrigo Sergio Dias no órgão. O antigo titular, Carlos Alberto Decotelli, havia chegado ao posto com Vélez e é ligado ao grupo de militares.

O MEC chegou a anunciar que Decotelli iria para outra secretaria do MEC, de Modalidades Especializadas. Mas Weintraub desistiu depois, o que pegou o próprio ex-presidente do fundo de surpresa, e nomeou Ilda Ribeiro Peliz.

Presidente da Capes tenta vaga de reitor do ITA em meio a proposta de fusão

BRASÍLIA O presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Anderson Ribeiro Correia, está à procura de um emprego fora do MEC (Ministério da Educação) do governo Jair Bolsonaro.

Correia se inscreveu no processo seletivo para reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), cargo que ocupou antes de assumir a Capes.

O movimento ocorre em meio a uma campanha do governo para fundir o órgão com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a cortes de recursos para bolsas de pós-graduação.

A Capes e o CNPq (ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) financiam a pesquisa e a ciência no Brasil com dinheiro público.

Correia é um dos 13 candidatos que se inscreveram no processo seletivo do ITA e um dos seis convocados pa-

ra a segunda fase. Entre os finalistas estão ainda o ex-secretário de Educação Básica do MEC Luiz Antonio Tozi e o ex-secretário de Educação de São Paulo Herman Voorwald, ex-reitor da Unesp (Universidade Estadual Paulista).

Ligado às Forças Armadas, o ITA seleciona o reitor a partir de um concurso aberto. O prazo para envio da documentação para a candidatura se encerrou dia 7 de outubro.

Em 5 de novembro, Correia é esperado às 8h no auditório B do ITA, em São José dos Campos (SP), para sua apresentação. A entrevista está marcada para o mesmo dia, às 14h, em local a definir.

A banca deve encaminhar uma lista triplíce ao Comando da Aeronáutica, responsável pela decisão final. O edital não estipula a data em que o novo reitor assumirá o cargo, mas a expectativa é que seja em janeiro, para um mandato de quatro anos.

Correia chegou ao MEC no

início do ano, ainda na gestão do então ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Seu nome ganhou força para substituir o de Vélez, com simpatia da ala militar do governo, mas ele acabou preterido por Abraham Weintraub.

Superado um distanciamento inicial, os dois se aproximaram. Na Capes, porém, a imagem de Correia foi abalada pelos cortes de bolsas, o que culminou em protestos de servidores contra sua gestão e a suposta passividade diante do esforço do MEC em capitanear a fusão.

Por causa de bloqueio de recursos do MEC, a Capes cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, ou 8% do que havia no início deste ano. Mesmo após a liberação parcial de recursos, o órgão tem R\$ 549 milhões da verba prevista para 2019 congelados.

A Capes também perderá metade do orçamento no ano que vem, segundo proposta encaminhada ao Congresso





pelo governo — de R\$ 4,25 bilhões autorizados para 2019 para R\$ 2,20 bilhões em 2020.

O MEC diz ter garantido mais R\$ 600 milhões para 2020, e a Capes tenta convencer deputados a criar uma emenda parlamentar que traga mais R\$ 300 milhões.

Na semana passada, o MEC enviou ao Ministério da Ciência uma proposta de medida provisória para fundir a Capes e o CNPq. A ideia é transformar as duas agências em uma fundação gerida pela pasta da Educação.

A fusão, entretanto, é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta resistência do ministério comandado pelo astronauta Marcos Pontes. Ele se declara contra a ideia, ao mesmo tempo que articula para que o novo órgão fique sob seu comando, caso a ideia vingue.

Por meio da assessoria da Capes, Correia disse que não vai se pronunciar sobre o concurso. **PS**

Ministério libera R\$ 43 mi para obras em federais

BRASÍLIA O MEC (Ministério da Educação) vai liberar R\$ 43 milhões para continuidade de obras em universidades federais. Os valores vão permitir investimentos em 96 construções em andamento.

De acordo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior, os valores foram remanejados dentro do orçamento da pasta e não se trata de descongelamento de recursos. “Esses valores não estavam previstos e, com isso, vamos conseguir aumentar em 50% a capacidade de investimento.”

O foco é a conclusão de obras, segundo Lima. Do total liberado, R\$ 14,3 milhões serão para a finalização de 54 obras com execução física igual ou maior a 75%. O restante do valor será aportado em 42 obras também anteriormente pactuadas, mas já iniciadas.

Segundo o MEC, a pasta havia empenhado cerca de R\$ 82 milhões para obras neste ano, mas não houve a execução final. A liberação desses R\$ 43 milhões estará disponível já a partir desta quinta-feira (17).

Os recursos serão destinados a obras em 35 universidades. Entre as principais construções, segundo o MEC, estão o Complexo de Saúde da UFLA (Universidade Federal de Lavras), e o Instituto de Ciências Básicas de Saúde da UFRGS (Federal do Rio Grande do Sul).

O MEC passa por um contingenciamento de recursos que também atinge o orçamento das federais — estão congelados R\$ 3,8 bilhões da pasta.

Do dinheiro desbloqueado, R\$ 1,156 bilhão (58%) foi para as universidades e institutos federais. Mesmo com a restituição recém-anunciada, as universidades continuam com o bloqueio de 18% do orçamento discricionário (sem contar salário).

Ensino médico ‘sob medida’

SILVANO RAIÁ

A História nos mostra que a formação dos médicos sempre se adaptou ao tipo de tratamento disponível na época e ao perfil dos pacientes a que se destinava. Há 6 mil anos, a escola de Ayurveda, diante da falta total de conhecimentos, preparava seus alunos em mosteiros visando a neles induzir hábitos capazes de lhes conferir uma aura superior que facilitasse sua atuação. De fato, deviam apenas preparar os pacientes para aceitarem com resignação as doenças e os sofrimentos que o destino lhes impunha.

A seguir, sucessivamente, os médicos foram ensinados a diagnosticar as doenças, a tratá-las, a evitá-las por vacinas ou por cuidados ambientais, impedir sua transmissão por hereditariedade e, finalmente, a curá-las. Agora tentam retardar o envelhecimento e, quem sabe, evitar a morte.

No Brasil nos deparamos com um problema de difícil solução para bem adequar o ensino médico à nossa realidade. Decorre, principalmente, de três fatos: grande diversidade social com predomínio dos socialmente desassistidos, rápido desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas e, não menos importante, aumento geométrico do número de faculdades de medicina.

Diante dessa realidade devemos desenvolver um programa de ensino

médico “sob medida” compatibilizando-o àquelas três variáveis, o que não é fácil, uma vez que sob certos aspectos são antagônicas entre si.

De fato, a população menos favorecida depende de uma série de medidas que, no conjunto, constituem a assim chamada assistência básica. Apóia-se em áreas de conhecimento já sedimentadas, diferentes das criadas pelo progresso recente. Leia-se informática, engenharia eletrônica, robótica, inteligência artificial, etc. A aproximação desses dois mundos tão díspares é necessária. Entretanto, cria muitos problemas cuja solução individual é impossível de ser ensinada num curso de graduação. O que se propõe, então, é estimular nos alunos o raciocínio ativo, que permite resolver problemas em geral. Em vez de lhes oferecer apenas soluções já prontas, propõe-se ensiná-los a como criá-las.

Capacitados para essa atividade, os alunos estarão preparados para solucionar as dificuldades que aparecerem ao longo do seu percurso profissional, muitos delas imprevisíveis. Para atingir esses objetivos, o programa de ensino deve obedecer a algumas premissas.

- Valorizar a assistência básica integrando o aluno no atendimento prestado pelo SUS às comunidades menos assistidas. Por ele tomará

conhecimento das variáveis sobre as quais exercerá a maior parte de sua profissão. Essa inserção é coerente com o conceito moderno que define o trabalho como um espaço produtor de saber.

- Apresentar os recentes métodos de diagnóstico e tratamento salientando as novas perspectivas para o melhor atendimento aos pacientes, desassistidos ou não. Para isso, incluir no programa cursos teórico-práticos sobre biotecnologia moderna, como engenharia eletrônica, robótica e informática, entre outras.

- Estimular os alunos a elaborar projetos-ponte entre ensino e prática médica nas circunstâncias do nosso país, valorizando os aplicativos com intervenção na realidade. Assim fazendo deslocamos o estudante de uma posição passiva de receber e reproduzir informações para outra, mais ativa, procurando soluções para os nossos problemas atuais de saúde.

Em síntese, devemos promover trajetórias de formação médica que permitam a construção de uma identidade profissional articulada às necessidades da sociedade brasileira e ao mesmo tempo consciente do progresso tecnológico atual. A aplicação dessas premissas pressupõe a valorização de algumas linhas mestras nos programas de ensino.





• A conduta do médico moderno deve-se balizar pelos princípios éticos com um cuidado maior que o de todas as gerações que nos precederam. Por exemplo, o progresso atual da engenharia genética cria possibilidades que, apesar de atraentes para o paciente como indivíduo, podem, no futuro, afetar a dignidade da espécie humana como um todo (eugenia).

• O único raciocínio criativo é o horizontal, que associa uma ideia A à uma ideia B, daí resultando uma ideia nova C. Contrapõe-se ao raciocínio vertical, pelo qual a mesma ideia é sucessivamente aperfeiçoada, originando versões A1, A2, A3, etc., cada vez com maior detalhe, não estimulando novas ideias. Saliente-se que o raciocínio horizontal é tão mais eficiente quanto mais fundamentado em evidências, não considerando interpretações subjetivas, mesmo se já consagradas pelo tempo.

• A solução de problemas complexos, como a compatibilização no Brasil da assistência básica com o progresso recente, depende do trabalho em equipe. A diversidade dos novos campos de conhecimento torna inviável o trabalho solitário.

• Mas o trabalho em equipe depende de um tipo de chefia emergencial que se contrapõe ao antigo magister dixit. No primeiro, cada setor é liderado pelo membro da equipe que melhor domina uma determinada área de conhecimento, conferindo ao chefe a função de acompanhar o trabalho de todos e orientar o grupo em direção às metas programadas.

• Nunca como agora se torna importante o exemplo dado pelos professores. Recentemente neurocirurgiões italianos descreveram um núcleo morfofuncional no cérebro – núcleo espelho – responsável pela exata

repetição dos movimentos e sensações observados pela primeira vez. Mais cedo ou mais tarde, os alunos adotarão os princípios e repetirão as atitudes dos seus professores.

Visando essas metas e obedecendo a esses princípios formaremos médicos que, de um lado, serão capazes de atender às necessidades do nosso país e, de outro, farão por merecer a posição que o médico deve ocupar na sociedade moderna.

Precisamos bem adequá-lo à realidade do País e ao progresso da biotecnologia

PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP, É MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MAX PLANCK

Justiça absolve Alckmin por uso de verba do Fundeb

Pepita Ortega Fausto Macedo

A Justiça de São Paulo rejeitou ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual contra o exgovernador Geraldo Alckmin (PSDB) e o ex-secretário da Fazenda Helcio Tokeshi.

Os dois eram acusados de, em 2018, terem tirado R\$ 3 bilhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para cobrir déficit do sistema previdenciário estadual (SPPrev), destinado a servidores do Estado.

A decisão foi proferida na sexta-feira passada, pelo juiz Thiago Baldani Gomes de Filippo, da 8.^a Vara de Fazenda Pública de São Paulo.

O magistrado extinguiu o processo por considerar não haver ato de improbidade administrativa e pela “manifesta improcedência” da ação.

Em resposta à acusação, a dupla alegou que não ocupava mais os cargos públicos no período no qual os recursos do Fundeb foram utilizados para cobrir gastos com aposentados – a partir de julho de 2018. O tucano renunciou ao cargo de governador de São Paulo em abril.

Fábio de Oliveira Machado, advogado de Alckmin, disse que a decisão “corroborar a lisura e honestidade do ex-governador Geraldo Alckmin no trato da coisa pública”.

Secretário que autorizava novos cursos é demitido

Atuação de Ataíde Alves em área responsável por abertura de faculdades não estaria agradando pela falta de agilidade

O ministro Abraham Weintraub demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves. Ele era responsável por uma área considerada estratégica no Ministério da Educação (MEC), que aprova o credenciamento de novas faculdades e abertura de cursos na rede particular de ensino.

Oficialmente, o MEC não confirma a demissão. De perfil técnico, Alves atuava na pasta desde o governo Michel Temer e assumiu a chefia da Seres no fim de abril. O cargo foi o último a ser ocupado na gestão Weintraub.

O Estado apurou que a atuação de Alves não estava agradando a dirigentes e donos de faculdades particulares, pela falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos. Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma



Crédito: Weintraub demitiu funcionário herdado de Temer

autorregulação das faculdades privadas com a mínima interferência governamental.

Outro motivo que teria levado à demissão de Alves é que ele estaria dificultando o andamento de um novo programa que o MEC pretende lançar para aumentar a carga horária de aulas no ensino médio. A proposta anunciada em agosto era que faculdades privadas recebessem alunos dessa etapa para complementar os estudos e em troca ganhassem um “bônus regulatório”, um acréscimo na nota da avaliação feita pelo governo. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

No início do governo Bolsonaro, a nova equipe do MEC enfrentou dificuldades para ocupar e manter nomes nos cargos. Em menos de três meses, houve mais de 15 exonerações no alto escalão. Sem experiência em gestão e com poucas conexões na área educacional, o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez montou uma equipe a partir da indicação de vários grupos, o que resultou em uma disputa de interesses.

Future-se. O MEC planeja entregar o projeto de lei do Future-se para o Congresso, conforme o Estado apurou, até o dia 8 de novembro. Como o Ministério Público Federal (MPF) pediu para que fosse refeita a consulta pública sobre o programa para atender às regras previstas pela legislação, a comunidade acadêmica terá pouco mais de três semanas para discutir a nova minuta. Dirigentes de universidades federais consideram o prazo curto.

O Future-se é defendido pelo ministério como uma alternativa de financiamento para as universidades federais, que enfrentam uma crise orçamentária. O programa estimula





a captação de recurso privado para financiar as instituições e flexibiliza regras para a contratação de professores, por exemplo.

A nova minuta foi apresentada ontem pelo secretário de ensino superior, Arnaldo Lima, para um grupo de reitores. Foi retirado o trecho que dizia que a diminuição de gastos com servidores seria um indicador obrigatório no contrato de adesão.

● **Obras**

O Ministério da Educação anunciou que vai liberar R\$ 43 milhões para investimento em 96 construções em andamento. Do total, R\$ 14,3 milhões vão para 54 obras com execução em 75%.

MP garante 13º para Bolsa Família apenas neste ano

Luci Ribeiro / BRASÍLIA

O Diário Oficial da União de ontem publicou a Medida Provisória 898/2019, que garante o pagamento de uma 13.ª parcela do Bolsa Família, como abono natalino. A medida, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro na terça-feira, vale apenas para este ano, mas o presidente pode assinar outras MPs nos próximos anos. A promessa de campanha era de que o benefício seria permanente.

Para assegurar o adicional, a MP diz que “a parcela de benefício financeiro relativa ao mês de dezembro de 2019 será paga em dobro”. O texto não faz referência à manutenção da medida nos próximos anos. O ministro da Cidadania, Osmar Terra, disse ontem, durante a solenidade de concessão do 13.º do Bolsa Família, que a MP assinada ontem por Bolsonaro prevê o pagamento do benefício apenas para 2019 porque os recursos não estavam previstos no Orçamento deste ano. Para os próximos anos, de acordo com o ministro, haverá previsão orçamentária para o pagamento da 13.ª parcela.

O valor previsto para o programa

Bolsa Família em 2020, no entanto, é de R\$ 30 bilhões, o mesmo valor que estava previsto para 2019 antes da assinatura da medida provisória (o pagamento do 13.º vai custar R\$ 2,9 bilhões neste ano).

O Bolsa Família atende famílias que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e de pobreza, com renda de até R\$ 178. Na folha de setembro, 13,5 milhões de famílias receberam o benefício. O valor médio pago foi de R\$ 189,21.

A medida era uma promessa de campanha de Bolsonaro, que diz ter sido atacado durante a disputa eleitoral de 2018 por “fake news” sobre querer terminar com o programa social.

Ontem, o governo não se pronunciou sobre o tema, mas na terça-feira, quando assinou a medida provisória Bolsonaro voltou a atacar. “Quase todas (as fake news nas eleições de 2018) foram contra minha candidatura. Entre elas, uma tentativa desesperada, que pregou, especialmente no Nordeste, que acabaríamos com o Bolsa Família”, declarou.

Protesto contra fusão Capes-CNPq

SindECT/Divulgação



Governo justifica a fusão dos dois principais órgãos de fomento à pesquisa com base no papel semelhante que exercem

A confirmação de que o governo de Jair Bolsonaro pretende fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) mobilizou funcionários das duas instituições a abraçarem o prédio do CNPq, ontem, em protesto.

O governo justifica a fusão dos dois principais órgãos federais de fomento à pesquisa com base no papel semelhante que exercem. O resultado seria a criação de uma nova agência vinculada ao Ministério da Educação (MEC), intitulada

Fundação Brasileira para a Ciência. O argumento para a junção está baseado em economia de recursos devido à unificação de pessoal e sistemas.

“Há notícias de que existe uma medida provisória pronta para que essa fusão aconteça. A gente precisa se posicionar, mostrar que os funcionários, o corpo técnico, servidores, a comunidade científica, são contra a fusão”, disse o diretor jurídico do Sindicato Nacional dos Gestores em Ciência e Tecnologia, Michael Morgantti.

De acordo com Morgantti, o principal ponto negativo da fusão dos

dois órgãos é a perda de pesquisadores e docentes, o que resultaria em menor entrega de pesquisas. “É o efeito contrário do que o governo alega querer. E isso é sistêmico porque, ao reduzir a oferta das duas agências, isso se espalha para as instituições federais de ensino superior, que são as instituições clientes dessas duas agências. É um efeito cascata que vai ser prejudicial a todo o sistema e para o ensino superior também”, ressaltou.

Para ele, o abraço ao prédio da Capes sinaliza que o serviço público na área de ciência, tecnologia e educação superior está unido para defender o sistema nos moldes atuais.





“O interesse é justamente defender o sistema nacional de ciência e tecnologia. Está acontecendo uma campanha de desinformação para a população, dizendo que há ineficiência, que gasta-se muito e que não há resultados concretos”, lamenta. “Na verdade, o CNPq tem um estoque gigantesco dos relatórios técnicos de pesquisa que financia”.

A confirmação da fusão foi dita pelo presidente da Capes, Anderson Correia, em uma reunião na sexta-feira. Correia concorda com a justificativa apresentada pelo governo de que ambas as instituições desempenham papéis análogos. Em comunicado, a instituição se posicionou como a favor da decisão.

*Estagiária sob a supervisão
de Cláudia Dianni

643 municípios interessados

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que 643 municípios manifestaram interesse em aderir ao modelo de escolas cívico-militares e em participar do programa lançado pela pasta. O prazo para que as prefeituras manifestassem interesse em aderir ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares acabou na última sexta-feira, mas o número de escolas, segundo o MEC, ainda pode crescer, já que alguns municípios enviaram a manifestação por meio de cartas.

O ministro da Educação Abraham Weintraub considerou o número expressivo. “Mais de 10% dos municípios do Brasil demonstraram interesse. Tem excesso de demanda e não tenho excesso de oferta. Vamos ter que conversar bastante para escolher”, disse. O ministro prometeu entregar, até 15 de novembro, uma lista com as escolas que serão contempladas na primeira etapa do programa. O objetivo da pasta é militarizar 216 escolas públicas até 2023. No ano que vem, a promessa é de que o modelo chegue a 54 escolas. O objetivo é selecionar duas instituições de ensino em cada estado.

Weintraub destacou o interesse de municípios que ficam em estados

que não manifestaram interesse na etapa anterior. O estado da Bahia, por exemplo, não manifestou interesse, mas teve 63 municípios que querem aderir ao programa. Na mesma situação estão os estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco e outros. “Se o município é muito pequeno e o governador não vai dar apoio, é mais difícil. Como a gente precisa da colaboração do estado, a gente está pensando em uma solução”, disse o ministro.

Antes de estabelecer prazo para os municípios, o MEC abriu o mesmo processo para os estados brasileiros. No início deste mês, a pasta divulgou que 15 estados e o Distrito Federal aderiram ao modelo de escolas cívico-militares. Todos os estados do Centro-Oeste, Norte e Sul tiveram escolas que aderiram ao modelo. No Nordeste, apenas o Ceará manifestou interesse no programa e, no Sudeste, Minas Gerais.

No quesito de município, a situação se inverte. A região Nordeste é quem lidera o ranking de municípios que demonstraram interesse com 290 prefeituras interessadas. Em seguida, vem a região Sudeste, com 215, a Sul, com 54, Norte, com 46, e Centro-Oeste, com 38.

A iniciativa é destinada a escolas públicas e precisam obedecer a alguns critérios fixados. Escolas do 6º ao 9º ano, com o efetivo de 500 a 1000 alunos, e com estudantes em vulnerabilidade social, terão preferência na ordem de implementação do modelo. Outro ponto que precisa ser analisado é o número de militares disponíveis em cada município e estado. “Temos que ponderar a quantidade de militares das Forças Armadas junto ao Ministério da Defesa porque gente depende de ter os militares à disposição”, ressaltou Weintraub.

Os militares das Forças Armadas selecionados serão do quadro de reserva e receberão remuneração de 30%, além dos vencimentos como aposentados. A duração mínima do serviço é de dois anos e a máxima, de 10. Os estados ainda poderão destinar militares dos Bombeiros e Policiais para apoio.

O orçamento para o primeiro ano é de R\$ 54 milhões, ou seja, R\$ 1 milhão por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal ou na melhoria de infraestrutura, compra de material escolar, uniformes, reformas e outras coisas.

Desigualdade volta a crescer no Brasil

Maria do Socorro Camelo, 70 anos, é lavradora e moradora de Santa Luzia, bairro ao lado da Cidade Estrutural, a 16 quilômetros da Rodoviária do Plano Piloto. Ela sobrevive, com muita dificuldade, com R\$ 600 por mês. Socorro faz parte do grande contingente da população que perdeu renda nos últimos anos, enquanto a estreita fatia mais abastada da sociedade aumentou a concentração de renda, tornando o país, cada vez mais, desigual, conforme dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).

A agricultora é responsável pelo sustento de oito pessoas. “Às vezes nós não temos água e nem luz aqui. Ainda bem que, às vezes, recebemos doações de roupa”, conta ela, que veio do Maranhão, onde trabalhava quebrando coco na roça. “Nunca fui beneficiária do Bolsa Família. Mal dá para sobreviver. Não consigo pagar meus remédios. Sou diabética e tenho problemas de pressão”, disse. Ela reclama da falta de cuidado dos administradores da cidade. “Tem muita pulga e rato aqui onde a gente mora. Queria que eles olhassem mais para a gente que é pobre. Com fé em Deus, as coisas melhoram”, completou.

Anderson Mota Júnior, 20, estudante de medicina em uma

universidade particular reconhece que é privilegiado economicamente. “Seria muita inocência e falta de honestidade dizer que não”, afirmou. Para ele, o Brasil é um país evidentemente desigual em muitos fatores, como estudo, desenvolvimento social, acesso à saúde e ao lazer. O futuro médico já participou de atendimentos às comunidades carentes gratuitamente. “Acredito que ações sociais impactam também de forma produtiva, na medida em que atende uma demanda sem cobrar nada de volta”, destacou.

De acordo com os dados do IBGE, o abismo entre Anderson e Maria do Socorro está cada vez maior. O Índice Gini, principal termômetro da desigualdade social, voltou a subir no país, alcançando 0,545, o maior patamar da série histórica do instituto, iniciada em 2012. Esse indicador vinha caindo até 2015, mas voltou a subir após a recessão que fez o Produto Interno Bruto (PIB) encolher 3,5%, naquele ano, e mais 3,3%, no seguinte.

Em 2017, o PIB brasileiro avançou 1,1%, mesma taxa de 2018, ou seja, andou de lado, e deve crescer menos neste ano (0,9% pelas novas estimativas do Fundo Monetário Internacional). Nesse período, o rendimento médio de 30% da população que ganha até R\$ 951 — menos do que um salário mínimo, de R\$ 998 —, como é o

caso da moradora da Estrutural, teve queda no rendimento médio mensal (veja quadro ao lado). Já a população mais rica, com ganho médio de R\$ 27,7 mil ao mês, registrou aumento de 8,4%, sinal de aumento da concentração de renda. Na média nacional, o rendimento mensal de todos os trabalhos cresceu 2,3%, em termos reais.

“O dado do IBGE tem um lado positivo, mostra que a renda média cresceu, mas tem o lado ruim, que é o aumento da desigualdade entre 2014 e 2018, confirmando as prévias anteriores”, avaliou o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, da Fundação Getúlio Vargas. “O problema é que a recessão veio acompanhada do aumento da desigualdade. Desde 2014, a renda média dos mais ricos cresceu 9,4% enquanto os 5% mais pobres perderam o poder aquisitivo em 39,3%. É um crescimento chinês negativo de pobres”, lamentou Neri.

O sociólogo Pedro Ferreira de Souza, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstrou preocupação com a tendência de aumento da desigualdade, devido ao baixo crescimento da economia. “Isso é muito preocupante. A renda está crescendo muito pouco e a economia dá sinais de estagnação. Essa piora na desigualdade não é explosiva, mas considerando que a atividade econômica está muito devagar, esses





dados me chamaram a atenção”, avaliou. Para ele, a concentração de renda pode ser maior do que a apontada pelos dados do IBGE, porque a média da Pnad costuma ser 40% menor do que o rendimento real desse 1% da população mais rica.

O que é

É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em

determinado grupo. Indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, sendo o zero situação de igualdade (todos com a mesma renda) e um, o extremo oposto, em que uma única pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o índice costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

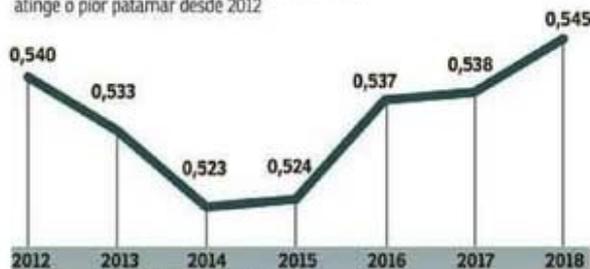
Abismo social

Enquanto a economia anda de lado, a desigualdade no país só aumenta e a concentração de renda também



RETROCESSO

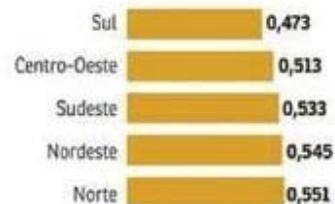
Índice Gini*, que mede a concentração de renda, atinge o pior patamar desde 2012



*Indicador médio real domiciliar per capita

DESIGUALDADE

Índice mostra diferenças regionais. A concentração é menor no Sul e maior no Norte do país





QUANTO GANHAM

Confira o rendimento médio mensal por habitante (Em R\$)

Percentual da população	2017	2018	Varição (Em %)
Até 5%	158	153	-3,2
De 5% a 10%	361	356	-1,4
Mais de 10% até 20%	666	656	-1,5
Mais de 20% até 30%	959	951	-0,8
Mais de 30% até 40%	1.019	1.020	0,1
Mais de 40% até 50%	1.198	1.220	1,8
Mais de 50% até 60%	1.447	1.463	1,1
Mais de 60% até 70%	1.761	1.808	2,4
Mais de 70% até 80%	2.236	2.262	1,2
Mais de 80% até 90%	3.281	3.341	1,8
Mais de 90% até 95%	5.147	5.245	1,9
Mais de 95% até 99%	9.663	9.928	2,7
Mais de 99% até 100%	25.593	27.744	8,4
Média nacional todas as fontes	2.107	2.166	2,8

PASSO DE TARTARUGA

A variação do rendimento médio domiciliar per capita é lenta (Em R\$)

País	2017	2018	Varição em %
Brasil	1.516	1.527	0,7

GANGORRA

Massa do rendimento recebido por todos os trabalhos sobe e desce



Fonte: IBGE/Pnad Contínua

Estagnação contribui

A falta de crescimento da economia e o avanço da informalidade são fatores que explicam o aumento da desigualdade social no Brasil, levando o Índice Gini para o pior resultado da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. Essa é uma das constatações da economista Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, ao explicar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada ontem.

“Esse movimento passa pela piora no mercado de trabalho, com redução do número de trabalhadores com carteira assinada; queda no volume de contratações da indústria, onde salários são melhores; e aumento da informalidade no setor privado e de trabalhadores por conta própria”, explicou a analista do IBGE.

Segundo o estudo, 72,4% da renda média domiciliar per capita dos trabalhadores brasileiros foi proveniente de alguma forma de trabalho em 2018, abaixo do pico de 75,4% de 2014. Já a participação de aposentadorias e

pensão é crescente, passando de 18,3% para 20,5% no mesmo período. A fatia do bolsa família complementando a renda média mensal encolheu de 15,9%, em 2012, para 14,9%, em 2014, e para 13,7%, em 2018. “Se pensar que os programas sociais estão relacionados às famílias mais pobres, essa redução acaba refletindo na perda do rendimento familiar”, comentou a técnica.

A pesquisa do IBGE revela, ainda, que houve redução da desigualdade no Nordeste. A Região Norte ficou na lanterna, em função de uma queda maior nos segmentos de maior renda. “Isso mostra que todos perderam mais”, avaliou Marcelo Neri, do FGV Social. Pelos cálculos dele, a perda de renda acabou sendo menor entre mulheres do que entre os homens, desde 2014 até o segundo trimestre de 2019. “As mulheres foram o único grupo que registrou aumento na renda do trabalho, de 2%, enquanto a dos homens caiu 5%, porque são as mais educadas”, contou. “A crise prejudica menos os mais educados. Nesse caso, as mulheres. Eis um dado positivo”, completou. (RH)

EDUCAÇÃO »**Comunidade escolar escolherá diretores**

» ALAN RIOS

Alunos e pedagogos das escolas públicas do Distrito Federal conhecerão nos próximos dias os candidatos a ocupar os cargos de direção e vice-direção dos centros de ensino. As chapas podem ser formadas até segunda-feira, compostas por dois servidores, do magistério público ou de assistência à educação, sendo que pelo menos um deles tenha mais de três anos de exercício em sala de aula. As votações serão realizadas em 27 de novembro, e os escolhidos assumirão as posições em janeiro.

Há duas diferenças em relação às últimas eleições. A primeira é que o mandato será de dois anos, um a menos do que anteriormente. A segunda novidade é a possibilidade de reeleição dos diretores, como explica Messias de Souza, chefe da assessoria especial da Secretaria de Educação. “Antes, tínhamos um mandato único, mas a lei publicada recentemente permitiu aos atuais gestores a possibilidade de serem reeleitos. Há discussões que devem ser realizadas para ajustes democráticos, mas não haveria tempo para chegar a um consenso definitivo; então, optamos por essa solução transitória”, explica.

Não há limites de chapas por escola, mas com base nas últimas

eleições, há tendência de chapas únicas em cerca de 80% dos colégios. Para o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), a eleição tem mecanismos que garantem o processo democrático mesmo nesses casos. “Desde 2012, temos mais da metade das escolas com chapa única, mas isso não é garantia de que a dupla será eleita, pois a comunidade pode dizer não para ela”, avaliou Cláudio Antunes, diretor do sindicato.

No processo, há quatro segmentos votantes, divididos em dois conjuntos. “Estudantes e pais formam um conjunto. Funcionários, como merendeiros, porteiros e professores, formam outro. Se um deles votar ‘não’, a chapa não é eleita, e a Secretaria de Educação indica diretor e vice provisoriamente, até uma nova eleição, ocorrida no meio do ano”, adiantou Cláudio. Em 2020, o Sinpro e a Secretaria da Educação pretendem realizar debates para definir revisões na lei das eleições, discutindo tempo de mandato e possibilidade de reeleição.

Transparência

Neste ano, também foram formadas comissões eleitorais em cada escola para supervisionar o pleito. A professora Simone Santos é presidente da comissão da Escola

Classe 501 de Samambaia e opina que esse sistema garante ainda mais a transparência do processo, com mais efetividade. “Somos responsáveis por divulgar para toda a comunidade escolar a realização do pleito, fazer as inscrições das chapas, verificar e receber documentações e enviar para o comitê regional e organizar uma audiência pública para que as chapas divulguem o plano de trabalho para a comunidade. Esse é um processo muito importante”, ressalta.

Datas

» Inscrição das chapas de 9 a 21 de outubro

» Divulgação da lista de chapas homologadas
5 de novembro

» Período de campanha de 6 a 22 de novembro

» Eleição
27 de novembro (das 7h30 às 21h nas unidades de ensino urbanas e até as 18h nas unidades rurais)» Divulgação dos resultados
28 de novembro» Resultado das eleições
18 de dezembro

**EDTECHMEETUP
PARA INOVAR NO ENSINO**

Cerca de 800 pessoas, entre empreendedores, gestores educacionais, diretores, coordenadores, reitores, educadores e entusiastas da inovação no ensino, são esperadas hoje no Centro de Convenções Ulysses Guimarães para a quinta edição do Edtech Meetup, considerado o maior evento do Centro-Oeste de inovação em gestão educacional. A programação do encontro, que vai das 14h à meia-noite, inclui uma feira de edtechs (startups ou empresas de base tecnológica que oferecem soluções inovadoras na área de educação), além de campeonato de pitches Sebrae like a boss, com apresentações rápidas e sucintas sobre as soluções oferecidas pelas edtechs a fim de atrair a atenção de investidores, parceiros e clientes. No palco principal, diversas palestras e um painel conduzido pela organizadora Nathália Kelday (foto), com nomes que são referências na educação inovadora: Eduardo Valladares (Descomplica), Rodolfo Bertolini (Celso Lisboa), José Pacheco (Escola da Ponte) e Clarissa Bezerra (Casa Thomas Jefferson). A Fundação Assis Chateaubriand é uma das apoiadoras do evento e estará com um estande da Ei! Comunidade de Aprendizagem para Empreendedores, programa de empreendedorismo e inovação da entidade. Inscrições e informações: www.edtechmeetup.com.br.

ENEM »**Candidatos podem consultar locais de prova**

» Matheus Ferrari

Candidatos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) podem consultar onde farão as provas, marcadas para 3 e 10 de novembro. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou ontem o Cartão de Confirmação da Inscrição, na Página do Participante e no aplicativo do Enem. No cartão, constam informações pessoais do participante, como CPF, número de inscrição, local de prova (com endereço e número de sala), datas e horários do exame.

No Distrito Federal, foram realizadas 95.862 inscrições, 9,83% a menos que em 2018, quando 106.308 candidatos se inscreveram no exame. De acordo com o Inep, dos participantes inscritos no DF, 25.959 já haviam consultado seu local de prova até o fechamento desta edição. Só na capital federal, são 158 locais.

O bancário João Lucas de Moraes, 30 anos, verificou onde realizará o exame logo na manhã de ontem, pelo site do Inep. Formado em Letras pela Universidade de Brasília (UnB), João Lucas fará o Enem pela segunda vez em busca do sonho de se tornar médico. “É uma

coisa que eu sempre quis e tinha receio de tentar em função da concorrência. Mas é uma vontade antiga e, por isso, eu nunca me senti completamente realizado com os cursos que havia feito”, conta o bancário, que também chegou a cursar engenharia de redes e arquitetura.

Estudante de uma escola no Lago Norte, Camila Idalino, 18 anos, também consultou o Cartão de Confirmação e seu local de prova ontem. Moradora do Itapoã, ela realizará a prova em uma escola pública do Paranoá. Segundo a estudante, que visa o curso de medicina ou outros da área de saúde, como enfermagem e odontologia, a verificação no site do Inep foi “tranquila e dinâmica”.

Como consultar?

Os candidatos podem consultar os dados relativos à sua inscrição na Página do Participante, no site do Inep. Para isso, é preciso informar o número do CPF e a senha cadastrada no momento da inscrição. O participante que não lembrar a senha pode solicitar a redefinição e cadastrar uma nova. Por meio de seu site, o Inep orienta os participantes a recuperar a senha ou alterar o endereço de e-mail cadastrado.

MEC libera R\$ 43 milhões para universidades federais

O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Júnior, anunciou hoje que a pasta vai liberar R\$ 43 milhões para o prosseguimento de 96 obras em andamento nas universidades federais.

Segundo o secretário, não se trata de um novo descontingenciamento, mas de uma quantia que foi remanejada no orçamento.

“Esses valores não estavam previstos e, com isso, vamos conseguir aumentar em 50% a capacidade de investimento”, afirmou Lima Júnior.

Cerca de R\$ 14 milhões do total liberado serão destinados à finalização de 54 obras cuja execução já atingiu ou superou 75%. O restante vai para 42 obras também já iniciadas.



Mais de 11% das cidades aderem ao programa de escolas cívico-militares

MEC fará seleção entre municípios inscritos

Por Pedro Ivo de Oliveira –
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Ministério da Educação (MEC) divulgou hoje (16) o resultado preliminar da adesão ao programa de escolas cívico-militares anunciado no início de setembro. No total, 643 prefeituras se inscreveram no programa, o que representa 11,5% dos municípios brasileiros. Dentre os inscritos, 290 são de cidades da Região Nordeste.

De acordo com o ministro Abraham Weintraub, a adesão pode crescer nos próximos dias. “Muitos municípios aderiram usando o serviço dos Correios. Acreditamos que mais cartas de adesão de municípios [mais distantes] devem chegar ao MEC”, disse.

De acordo com o relatório divulgado pelo MEC, Acre e Amapá ainda não tiveram nenhum pedido de adesão confirmado.

Antes de abrir o processo para os municípios, os estados foram consultados. O Distrito Federal e mais 15 unidades da Federação aderiram ao programa. Nesta nova fase, apenas as prefeituras puderam se inscrever para receber o modelo de escola cívico-militar, mesmo que os respectivos estados não tivessem manifestado interesse.

Weintraub disse que haverá uma seleção entre os inscritos. A primeira leva de escolas cívico-militares deve atender menos de 10% das solicitações. “O plano prevê a implantação de 54 escolas. Portanto, há excesso de demanda, e não escassez de oferta”, disse.

O ministro argumentou que fará uma consulta jurídica para saber como incluir prefeituras localizadas nos 11 estados que não quiseram participar do projeto. No Nordeste, responsável por quase metade das inscrições, apenas o Ceará está inscrito.

Escolas diferenciadas

O modelo proposto pelo MEC para as escolas cívico-militares é destinado a escolas públicas que ofereçam o ciclo final do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), e que tenham de 500 a 1 mil alunos matriculados. A situação de vulnerabilidade social dos jovens e um baixo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) também são fatores determinantes na escolha da instituição.

De acordo com o plano educacional, as escolas terão como foco “fortalecer valores humanos, éticos e morais, bem





como incentivar a formação integral do cidadão”.

As escolas passarão a ser administradas por militares da reserva, que serão contratados por critérios ainda não definidos pela pasta. Policiais e bombeiros militares também poderão participar do programa.

O MEC deve divulgar a lista final com os nomes dos municípios selecionados no dia 15 de novembro.



MÁQUINAS AVANÇAM

Obras no Complexo da Lagoinha, em BH, chegam ao viaduto que concentrava maior número de moradores de rua.

PÁGINA 15

JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS

UFMG

TECNOLOGIA É RECEITA EM TEMPOS DE CRISE

Em meio ao bloqueio de verbas da União, grupo multinacional adquire empresa desenvolvida na federal, que terá direito a parcela do negócio. Em 15 anos, já são 100 contratos semelhantes



TULIO SANTOS/EM/D.A PRESS

FLÁVIA AYER

Em um cenário de crise no ensino e na pesquisa, a aquisição por um grupo multinacional de uma empresa que nasceu de pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) chama atenção para o valor da produção científica e tecnológica da instituição de ensino. O negócio, concretizado a partir do interesse do conglomerado presente em 86 países, líder mundial em controle de pragas, ocorre em um momento em que o ensino público superior sofre com cortes orçamentários e de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que ameaçam a continuidade dos trabalhos em laboratórios. Nos últimos 15 anos, a UFMG firmou mais de 100 contratos de licenciamento de tecnologias, produtos e conteúdo intelectual, conforme a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT) da instituição, que ainda luta pelo desbloqueio de R\$ 34,4 milhões contingenciados pelo governo federal.

Depois de uma negociação que começou em 2012, o grupo Multinacional Rentokil concluiu a aquisição da Ecovec, que, entre suas patentes, conta com a armadilha para mosquito *Aedes aegypti* e sistema de monitoramento inteligente de epidemias. Os detalhes do negócio são mantidos em sigilo, mas um percentual da comercialização da tecnologia pelo conglomerado será direcionado à Federal mineira.

“O conhecimento gera um ganho exponencial”, diz o diretor da CTIT da universidade, Gilberto Medeiros, que considera essa compra como o “maior exemplo de sucesso que se pode ter na investigação científica”. Ele afirma ser uma “ilusão” achar que a universidade se tornará autossustentável por meio dos royalties de patentes (sujeitos a diferentes percentuais), mas que o ganho é para toda sociedade. “A estimativa é que cada R\$ 1 investido na universidade traga de R\$ 20 a R\$ 30 de retorno em impostos”, ressalta.

Nascida em 2002, a partir de pesquisa do Instituto de Ciências Biológicas (UCB) da UFMG, a Ecovec criou as chamadas Mosquitrap, armadilhas que atraem pela cor e cheiro o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor dos vírus da dengue, zika, chikungunya e febre amarela e de mais 19 vírus no mundo (veja arte). Ela é usada como parte do monitoramento inteligente de epidemias, a partir da qual se tem a informação precisa dos focos e de onde estão os mosquitos infectados, tornando as ações de combate mais efetivas.

“Essa tecnologia é muito valiosa. Temos informações precoces e podemos adotar ações localizadas, contaminando menos o ambiente. A questão ambiental e do vetor (*Aedes aegypti*) está chamando atenção internacionalmente. Não existe nenhuma outra empresa que tenha desenvolvido algo com essa eficiência. Já temos estudos para levar a tecnologia para a Ásia, a América do Norte e a parte mediterrânea da Europa”, afirma o diretor técnico da Rentokil Brasil, o biólogo Carlos Peçanha, que mantém os números da operação de compra em sigilo, por questões contratuais.

“É uma tecnologia que vai para o mundo, ajudar a salvar vidas

■ Álvaro Eduardo Eiras, um dos sócios-fundadores da Ecovec

A Ecovec não é um caso isolado. A mais conhecida compra de tecnologia da UFMG ocorreu em 2005, quando o Google adquiriu a Akwan Information Technologies, criada por um grupo de professores do Departamento de Ciência da Computação. Eles desenvolveram um sistema de buscas na internet que despertou o interesse da gigante. No exterior, um dos casos mais célebres de royalties pagos a instituições de ensino é o da Universidade da Flórida, cujos pesquisadores desenvolveram, em 1965, o Gatorade, bebida isotônica, pensando na hidratação dos atletas do time de futebol americano. A marca pertence atualmente à multinacional Pepsico.

Em meio à crise financeira das universidades públicas, que tiveram orçamento contingenciado pelo Ministério da Educação (MEC), o diretor da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT) da UFMG destaca que há dificuldade em fazer com que os recursos das pesquisas representem renda extra para a universidade. “Esses recursos estão sujeitos ao limite do teto orçamentário”, afirma.

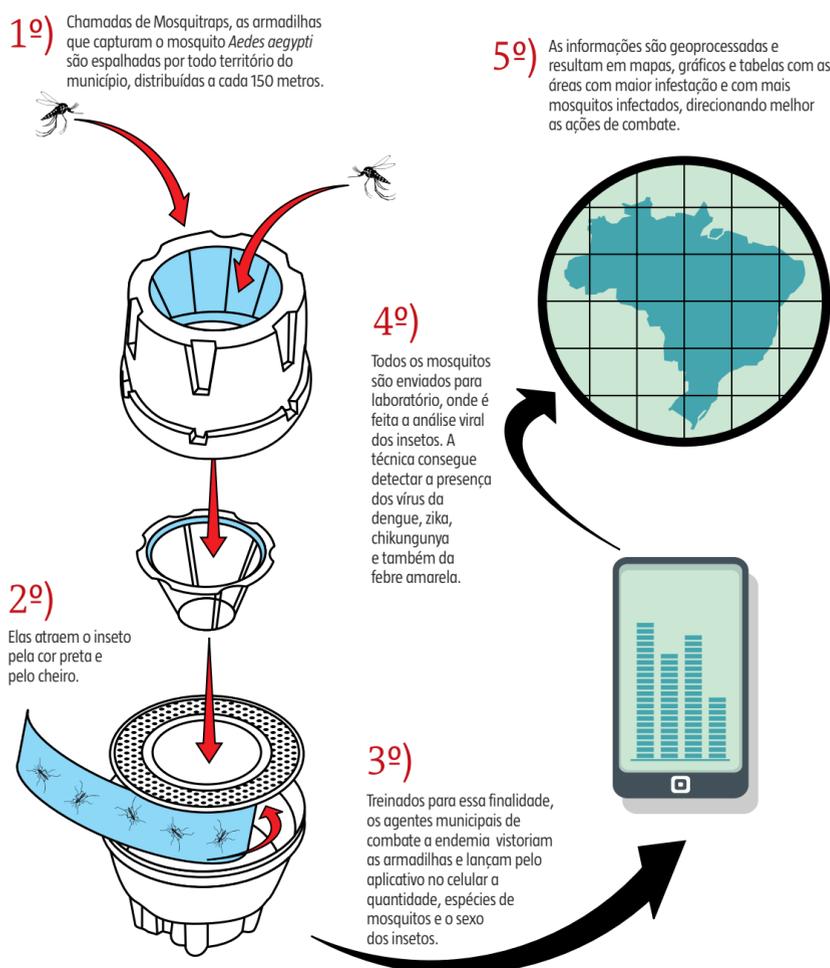
VIDAS SALVAS Professor do ICB e um dos sócios-fundadores da Ecovec, Álvaro Eduardo Eiras ressalta que o esforço da pesquisa sempre foi levar inovações desenvolvidas em laboratórios para fora da universidade. “É uma tecnologia que vai para o mundo, que vai ajudar a salvar vidas, que vai reduzir o número de casos de doenças”, comemora. Já participaram da pesquisa 10 estudantes de doutorado, 12 de mestrado e mais de 50 de iniciação científica.

Ele reforça que, em um projeto desenvolvido para o governo do estado em 2011 e 2012, a tecnologia conseguiu reduzir dois terços dos casos de transmissão da dengue, com custo médio de R\$ 1 por habitante ao ano. “A cada R\$ 1 investido, houve um retorno de R\$ 6 em economia para o estado nos gastos com as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*”, destaca.

Questionada sobre a razão de não ter adotado a tecnologia, a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) informou que “com base no estudo realizado pelo Ministério da Saúde para avaliação de armadilhas para a vigilância epidemiológica de *Aedes aegypti*, optou por seguir as orientações que demonstravam que a ovitrapa foi a armadilha de melhor desempenho e menor custo”. Segundo o professor, a tecnologia mencionada ultrapassada e não permite a análise dos vírus.

ARMADILHA PARA A DENGUE

O monitoramento inteligente do *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor de várias doenças, permite que o município tenha um retrato semanal da infestação em todo seu território, tornando mais eficazes as ações de combate. Entenda como funciona a tecnologia desenvolvida em laboratório da UFMG:



Regularização em todo o Estado



Ao longo dos últimos três meses, o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais (CORI-MG) tem realizado treinamentos para capacitar representantes do poder público, advogados, engenheiros e registradores de imóveis sobre o funcionamento da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) na prática. Até o momento, foram realizados sete cursos, para mais de 300 pessoas, de 101 cidades mineiras, que agora poderão promover a regularização nessas localidades.

“Sentimos que as prefeituras despertaram para a urgência da regularização fundiária. O poder público entendeu que essa é não apenas uma fonte de renda, mas uma maneira de proporcionar benefícios socioeconômicos à população”, explica Michely Freire, oficial

do cartório de Registro de Imóveis de Virginópolis, que integra o departamento de Regularização Fundiária do CORI-MG.

A Reurb é um instrumento jurídico de política urbana que abrange um conjunto de normas e procedimentos jurídicos, ambientais, urbanísticos e sociais com o intuito de formalizar núcleos urbanos. Traz vantagens para todos os envolvidos ao estimular o desenvolvimento e a expansão do comércio e do mercado imobiliário, além de ser uma oportunidade para assegurar moradia digna às pessoas.

Os treinamentos realizados pelo CORI-MG alinham os agentes públicos às práticas que cabem aos cartórios de Registro de Imóveis. “Elaboramos um curso acessível, que permite expandir o processo de regularização em todo o Estado. E o retorno tem sido bem positivo. Reunimos pessoas com variados níveis de conhecimento e conseguimos esclarecer todas as dúvidas dos participantes”, diz Michely.

O projeto, porém, é ainda mais abrangente. Para 2020, o plano é atender demandas relacionadas à aplicação prática da Reurb nos municípios. Nesse sentido, o CORI-MG está firmando parcerias com empresas que podem agregar segurança ao processo. Também serão oferecidas consultorias e treinamentos aprofundados, permitindo agilizar os trâmites. “Os treinamentos abriram portas, mas a implementação exige um conhecimento que o poder público ainda não tem e o CORI-MG pode oferecer.”

COMPLEXO DA LAGOINHA

Moradores de rua que viviam sob o elevado Nansen Araújo são retirados para início de obras. Ato faz parte de plano criticado após colocação de piso de pedras pontiagudas

Mais um viaduto é desocupado

MÁRCIA MARIA CRUZ

O projeto de tratamento dos baixios do complexo de elevados da Lagoinha avança com a desocupação de uma das estruturas que abrigava mais moradores em situação de rua nos acessos ao Centro da capital. A Prefeitura de Belo Horizonte desocupou a porção inferior da alça Oeste do Complexo da Lagoinha, também chamada de Viaduto Nansen Araújo, para dar início a intervenções, na mesma linha que havia sido adotada na Alça Leste, cujas obras foram concluídas em julho, sob críticas pela colocação de pedras pontiagudas, que impedem a permanência de pessoas sob as estruturas.

Na manhã de ontem, já com a parte inferior da alça desocupada e acesso limitado por telas, funcionários davam sequência às obras. Com terra por todos os lados, caminhões e máquinas no baixo dos viadutos da alça Leste, alguns poucos moradores em situação de rua resistiam e deixavam parte dos pertences em uma calçada ao lado do equipamento viário.

O projeto de assentamento de pedras, parte da intervenção feita pela prefeitura, despertou críticas de entidades que defendem os direitos da população em situação de rua. O início do

projeto levou à convocação de audiência pública na Câmara de Belo Horizonte para tratar da iniciativa, que tem entre suas justificativas a intenção de evitar fogueiras nas bases dos elevados, que degradam as estruturas de concreto armado.

Também ocorreu protesto em frente à prefeitura. "Ao colocar as pedras, a arquitetura da cidade passa a mensagem de violência e exclusão. Quais as marcas que essas pedras passam? Pedra não é solução", afirmou a vereadora Bella Gonçalves (PSOL). As entidades defendem que a possível resolução do problema de situação de rua é a implementação de políticas públicas de moradia.

NOTA Em nota, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura esclareceu que as intervenções no Complexo da Lagoinha contemplam um tratamento urbanístico que inclui outros projetos e "não se restringem apenas à colocação de pedras". O sistema de viadutos que dá acesso ao Centro é parte do Boulevard Arrudas, que, segundo a prefeitura, passa por tratamento urbanístico na área de abrangência do canal coberto do Ribeirão Arrudas. As intervenções incluem melhoria da iluminação pública, implantação de canteiros permeáveis, ajustes de calçadas, instalação de ciclo-



Depois da retirada, alguns pertences de moradores de rua permaneciam no local, já cercado por telas, enquanto as intervenções tinham início

via, readequação do mobiliário urbano, criação de percursos ajardinados e passeios confortáveis e acessíveis para circulação de pedestres.

Informou ainda que está executando obras no Boulevard

Arrudas, no trecho que compreende a avenida do Contorno entre as ruas Vinte e Um de Abril e Rio de Janeiro, o que inclui também o complexo viário formado pelas alças Leste e Oeste (parte antiga, também chamada de

Nansen Araújo) do Complexo da Lagoinha. Estão sendo feitos serviços de urbanização, paisagismo, irrigação e iluminação. Os trabalhos começaram em abril, com previsão de término para o início do ano que vem. O

investimento total é de aproximadamente R\$ 5,7 milhões. No momento, não há programação de início de obras de tratamento urbanístico e paisagismo nos baixios de outros viadutos, segundo a PBH.

REDE ESTADUAL

Renovação no ensino médio

JUNIA OLIVEIRA

Minas Gerais está ampliando a oferta de turmas em tempo integral e implementando um novo modelo na matriz curricular da última etapa da educação básica como aposta para deixar de lado uma posição nada confortável no ranking da educação nacional. A partir do início do ano que vem, estudantes do 1º ano do ensino médio terão uma grade mais flexível, que contempla a base comum e obrigatória, mas também a possibilidade de novos percursos de aprendizado. Poderão escolher aquilo que faz sentido para seu itinerário escolar e de vida, incluindo formação técnica e profissionalizante. Para tanto, a carga horária aumenta e passa para 9 horas. Mas as mudanças são ainda muito incipientes face à realidade das salas de aula. Vão contemplar apenas 4,4% dos alunos do ensino médio. Ou seja, para a maior parte das matrículas nessa etapa na rede mineira resta o desafio de também ofertar uma estrutura capaz de frear o crescimento das taxas de abandono e tirar o estado do segundo lugar entre as unidades da Federação com o maior percentual de reprovação nos últimos quatro anos. No ensino fundamental, vagas do programa cortadas no início do ano devem ser retomadas também no ano que vem.

As mudanças, válidas a partir do início do próximo ano letivo, vão contemplar estudantes do 1º ano de algumas turmas, que experimentarão o novo ensino mé-

dio. A rede estadual terá cerca de 28 mil alunos dessa etapa escolar na educação integral, em 281 escolas, nas 47 superintendências regionais de ensino (SRE). Atualmente, são 12 mil alunos de 78 colégios. Do total a ser ofertado, 167 escolas (mais de 12 mil vagas) terão o ensino regular e as outras 36 (4 mil vagas), o integral profissionalizante. Foram priorizadas escolas com maior vulnerabilidade e municípios sem oferta de educação integral no ensino médio – a lista dos colégios ainda está sendo fechada. De acordo com a Secretaria de Estado de Educação (SEE), pela primeira vez, a oferta de cursos foi determinada pela demanda de empregabilidade regional. Ao todo, são 18 opções de cursos técnicos, entre eles, desenvolvimento de sistemas, que será oferecido em seis municípios estratégicos para suprir a demanda por programadores e desenvolvedores de sistemas.

ESTREIA É nesse cenário que será implantado, para esses 28 mil alunos, o novo ensino médio, formado pelas quatro áreas do conhecimento (linguagens e códigos, ciências da natureza, ciências humanas e matemática) mais o ensino profissionalizante. "No novo ensino médio, o estudante é protagonista do seu aprendizado", destacou ontem a secretária de estado de Educação, Júlia Sant'Anna. A formação técnica entra como o quinto itinerário formativo, ao lado dos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No ensino médio inte-

gral regular, são levados em conta o projeto de vida do adolescente (identificação de quais seriam seus interesses em relação ao futuro), o protagonismo e o aprofundamento acadêmico. No integral profissional, foi feito o diagnóstico de setores produtivos, empregabilidade e a diversificação de ofertas.

O ensino profissionalizante também tem seus diferenciais. Os cursos técnicos serão ministrados em 800 horas, no período de 18 meses, em 29 escolas. Os de formação inicial continuada (FIC), relacionados a turismo ou cultura, têm 160 horas em seis meses, e ocorrerão em 113 estabelecimentos de ensino. Ambos podem ser feitos concomitantemente ao ensino médio ou depois dele. Atendendo a demanda de municípios, o curso normal terá 6,4 mil vagas para a formação de profissionais voltados para a educação infantil. Eles serão ministrados em 1,6 mil horas em 18 meses.

Também não haverá mais turno e contraturno. As escolas vão organizar as disciplinas da base comum e as diferenciadas de acordo com sua realidade. Elas também vão oferecer disciplinas eletivas a alunos do 1º, 2º ou 3º ano. "O cardápio de cursos será discutido por nós com cada escola e ofertado a elas", explicou Júlia. "Com mais tempo para estudar, o aluno poderá fazer as escolhas dele, inclusive para seu futuro imediato. Serão geradas opções de disciplinas eletivas e no projeto de vida, poderão planejar bem a sua trajetória ao longo dos três anos."



A subsecretária de Educação Básica, Geniana Guimarães, e a titular da pasta, Júlia Sant'Anna, anunciaram ampliação de vagas em tempo integral e novo modelo de escola

QUADRO PREOCUPANTE A nova proposta tem por trás dados preocupantes. De 2014 a 2018, Minas Gerais foi o segundo estado com o maior crescimento da taxa de reprovação, que ficou em 11,5%. E o único a registrar crescimento no percentual de abandono (3,5%). Além disso, tem uma meta a cumprir até 2024, da qual está ainda muito longe. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil tem que oferecer em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25%

dos alunos da educação básica. A rede estadual de educação tem mais de 2,3 mil escolas com ensino médio e mais de 634 mil estudantes matriculados nessa etapa. Mesmo com a ampliação do tempo integral, 4,4% dos alunos e 12% das escolas terão acesso ao programa, considerado um impulsionador da educação brasileira. A secretária Júlia Sant'Anna disse que é preciso dar um passo de cada vez, mas disse estar otimista no cumprimento da meta. A subsecretária de Estado de Educação Básica, Geniana Guimarães Faria, destacou que o compromisso é mostrar aos jovens por que e importante estar numa escola em tempo integral, ao ser questionada sobre como alcançar ainda milhares de alunos. "Por isso, o abandono e a reprovação. Os estudan-

tes não viam sentido na escola. Oferecer uma matriz em que ele veja sentido em estar 9 horas na escola muda a perspectiva", afirmou.

FUNDAMENTAL No início do ano, a educação em tempo integral sofreu um duro golpe em Minas. O governo reduziu de 1.640 para apenas 500 (de um total de 3.612 colégios estaduais) o número de escolas de ensino fundamental com carga horária estendida. O atendimento a 111.528 alunos foi reduzido para cerca de 30 mil alunos. A secretária Júlia Sant'Anna garantiu ontem que mais 50 mil vagas serão anunciadas nos próximos dias, retomando o total de vagas que havia antes do corte. O atendimento em tempo integral já foi restabelecido a 64 mil estudantes da rede.

e mais...

● KALIL COBRA RECURSOS DO ESTADO PARA A SAÚDE

O prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD) visitou o Ambulatório de Especialidades Multiprofissional do Hospital Metropolitano Odilon Behrens. À imprensa, o prefeito falou sobre a dívida do governo de Minas com o Hospital Mário Penna, no valor de R\$ 10 milhões. "Há 60 dias, adiantamos R\$ 5 milhões para o Mário Penna. Então, não podemos suportar o Estado nas costas da prefeitura. Na verdade, uma ajuda já foi dada. Temos que arrumar soluções definitivas para problemas tão graves", afirmou. O ambulatório está em funcionamento desde 23 de setembro, com a oferta de 30 especialidades médicas. A obra de reforma durou 10 meses e demandou investimentos de R\$ 1,2 milhão. A unidade atende 7 mil pessoas por mês em consultas marcadas. "Fico muito feliz de o ambulatório estar funcionando, numa hora tão difícil que a saúde brasileira atravessa, com tanta falta de tudo", disse Kalil.



A Congregação Judaico-Messiânica Har Tzion comunica o falecimento de Maria Miranda Guimarães, co-fundadora, mãe do rabino messiânico Marcelo e avó do rabino Matheus Guimarães. Esposos, filhos, netos, bisnetos e demais familiares convidam a todos para a oração do Kadish, às 10:30h, dia 19.10, na Av. Abrão Caran, 980-Pampulha. Antecipam agradecimentos. Baruch Dayan Ha Emet (Bendito seja o verdadeiro Juiz!).